

## **LORDE CROMER E O DOMÍNIO DE NINGUÉM: CONSIDERAÇÕES SOBRE A BUROCRACIA E O PAPEL DO BUROCRATA NA TEORIA POLÍTICA DE HANNAH ARENDT**

### **LORD CROMER AND THE DOMAIN OF NOBODY: CONSIDERATIONS ABOUT BUREAUCRACY AND THE ROLE OF THE BUREAUCRAT IN HANNAH ARENDT'S POLITICAL THEORY**

Lara Rocha<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-2865-196X>

**Resumo:** O objetivo do presente artigo é analisar o surgimento da burocracia enquanto forma de governo e do burocrata como o paradigma do funcionário imerso nesta nova forma de administração. Para tanto, voltar-nos-emos ao período imperialista, momento no qual características como a gestão dos assuntos públicos exercida por um corpo de especialistas, o alheamento das pessoas com relação à política e a obediência militar se fundiram em uma forma única de governar. A hipótese fundamentada é que a partir do retrato biográfico feito por Arendt do imperialista inglês Lorde Cromer é possível entrever o que distingue a burocracia de outras formas de governo, assim como apontar as características que persistiram mesmo após o fim do período imperialista, seja no Estado totalitário, seja nas sociedades protototalitárias da atualidade.

**Palavras-chave:** Burocracia. Burocrata. Lorde Cromer. Hannah Arendt.

**Abstract:** The purpose of this article is to analyze the emergence of bureaucracy as a form of government and the bureaucrat as the paradigm of the employee immersed in this new form of administration. To do so, we will turn to the imperialist period, a time when characteristics such as the administration of public affairs by a body of experts, the detachment of people from politics and military obedience have merged into a single way of governing. The reasoned hypothesis is that from Arendt's biographical portrait of the English imperialist Lord Cromer, it is possible to glimpse what distinguishes bureaucracy from other forms of government, as well as to point out the characteristics that persisted even after the end of the imperialist period, whether in the state totalitarianism, or in today's protototalitarian societies.

**Keywords:** Bureaucracy. Bureaucrat. Lord Cromer. Hannah Arendt.

Qual deve ser a profissão de fé de um imperialista sólido? [...] Ele não terá medo da competição. Ele acreditará que, no tratamento das raças subjugadas, os métodos de governo praticados pela Inglaterra, embora às vezes abertos a críticas legítimas, são superiores, moral e economicamente, aos de qualquer outra nação; e que, forte na posse e manutenção desses métodos, seremos capazes de enfrentar os concorrentes. Por outro lado, ele não terá nenhuma simpatia por aqueles que têm tanto medo da grandeza imperial que não

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará. Mestra em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: [larafr87@gmail.com](mailto:larafr87@gmail.com). Lattes: <http://www.lattes.cnpq.br/5278557741697791>.

desejam que cumpramos nosso destino manifesto, e que, assim, querem que afundemos na insignificância política ao recusar o título principal que nos torna grandes (Lorde Cromer. *O governo das raças subjugadas*. p. 4-5).

A citação apresentada, contida na obra *O governo das raças subjugadas*, considerada por Arendt o manual do burocrata imperialista (Cf. ARENDT, 2011, p. 244), exemplifica alguns dos elementos que constituíam a mentalidade predominante no imperialismo, especialmente de origem inglesa. O interesse de Arendt por este período reside na identificação de que alguns dos seus predicativos foram utilizados posteriormente na política interna europeia, notadamente no modelo nazista e stalinista de dominação. A invenção de uma política mundial avidamente competitiva, justificada por processos dinâmicos e leis sobre-humanas, a constatação de que o racismo pode substituir a ideia de nação e, por conseguinte, de uma origem comum que justifica o sentido próprio da humanidade e a utilização de um governo invisível que desassocia completamente governantes e governados fizeram do imperialismo o seu laboratório inicial, numa confluência baseada no desarraigamento como experiência cotidiana de massas cada vez mais numerosas de indivíduos e na tênue fronteira entre o interesse público e as demandas econômicas, regidas pelo imperativo das vorazes e cambiantes necessidades dos homens<sup>2</sup>. Segundo Canovan (1992), quando os empresários, que antes viviam apartados da política, passaram a precisar do apoio governamental para a proteção de seus negócios no exterior, gradativamente os Estados-nações começaram um perigoso movimento que direcionou seus interesses para além de suas fronteiras. Se antes a política era guiada pelos ditames nacionais, a política imperialista, antagonicamente, norteou-se pela expansão como um fim em si mesmo.

A centelha totalitária que Arendt vislumbrou na burocracia imperialista deriva-se da confluência de diversos fatores, como a transfiguração de uma comunidade de cidadãos em uma sociedade de detentores de empregos imersa em uma governança direcionada para as demandas técnicas e econômicas (D'ENTRÈVES, 1994, p. 46) e a política suprimida por uma lógica administrativa funcional e totalizadora que deixa todos à mercê de seus ditames. Essa combinação não deixou espaço para que os egípcios, que sequer sabiam que eram governados pelo séquito de Cromer, pudessem de fato participar das deliberações públicas, ficando sujeitados ao seu controle.

Desde sua aplicação nos protetorados ingleses, a burocracia tende a minar a possibilidade dos homens comuns de agir e discursar e, com isso, inviabiliza sua participação

---

<sup>2</sup> Sobre a *oikonomia* a partir do ponto de vista da dominação e da mundialização, cf. Tassin (2013).

na política, já que a restringe a um corpo de especialistas. Desse modo, “mediatizar a população por meio de administrações, partidos e organizações altamente burocratizadas complementa e fortalece as formas de vida privatistas que fornecem a base psicológica para a mobilização do apolítico, isto é, para o estabelecimento de um regime totalitário.” ((D’ENTRÈVES, 1994, p. 196-197). Compreender o esvaziamento da esfera pública causado por esta forma nova de governo motivou Arendt a, através de Lorde Cromer, identificar o *modus operandi* da burocracia do período.

Para que a dominação dos povos estrangeiros durante o imperialismo fosse possível, foi criada uma forma nova de governo, a partir da qual regiões que antes não interessavam tanto aos europeus, como a África (exceto seu litoral norte, habitado desde a Antiguidade), passaram a ser pontos fundamentais, seja por razões econômicas ou estratégicas (como a segurança da Índia), seja pelo imperativo de expandir o território nacional. Este novo mecanismo de organização, a burocracia, pode ser descrita, sob o pano de fundo do imperialismo, como a aplicação de princípios administrativos utilizados com o objetivo de substituir o governo das colônias, consideradas inferiores e, por conseguinte, carentes da proteção dos países europeus.

De acordo com Arendt, a burocracia é uma forma híbrida de governo, pois algumas de suas características, tomadas de modo isolado, já eram correntes: a hierarquia e a disciplina militar do Império Romano, o governo por decretos como um dispositivo jurídico de exceção previsto nas constituições modernas, a utilização de funcionários concessionários no Egito e nos impérios germânico e mongol e os cargos técnicos, que passaram a ser considerados também cargos de confiança, especialmente com a formação dos Estados<sup>3</sup>. Todavia, a confluência destes elementos em uma forma única de governo tem origem nas colônias imperiais da Argélia, Índia e Egito no final do século XIX. Diferente da raça, que antes de congregar o submundo europeu e as suas mais nobres camadas, seduziu inicialmente apenas os “piores elementos da civilização ocidental” (ARENDR, 2011, p. 216), a burocracia foi concebida pelas “mais elevadas camadas da *intelligentsia* europeia” (ARENDR, 2011, p. 216), como a solução imprescindível para dominar povos considerados inferiores, mantendo com relação a eles um alheamento necessário – certamente é uma temeridade deixar que indivíduos supostamente primitivos conduzam questões políticas tão intrincadas.

---

<sup>3</sup> Sobre a distinção feita por Arendt entre nação e Estado, Bernstein (2018, p. 25) aponta que “Arendt distingue claramente *nação* e *Estado*. Nação se refere a um grupo dominante que habita um território delimitado e compartilha uma cultura, uma linguagem e uma história comum. Estado se refere ao status legal das pessoas que habitam um território – aqueles que são considerados cidadãos com direitos iguais”

Entretanto, porquanto desde a sua gênese o Estado-nação se vincula às fronteiras nacionais e à existência de códigos jurídicos, a burocracia baseou-se na oposição à tais fundamentos: nesta nova forma de governo, a política nem poderia ser resumida aos limites e territórios nacionais, nem tampouco regida por leis civis<sup>4</sup>. Não à toa Arendt considerava que a política imperialista, ao esquivar-se do princípio da territorialidade a partir do qual as nações foram fundadas, desvelava a fragilidade de seus próprios fundamentos. Assim, gradativamente os cidadãos das colônias europeias (ou protetorados, como especialmente a Inglaterra gostava de denominar) se converteram em súditos de um reino cujo monarca era invisível, e cuja invisibilidade seria a raiz de sua tirania: afinal, como seria possível opor resistência a um adversário que se caracteriza pelo anonimato e pela hibridez?

A burocracia imperialista demonstrou que as relações internacionais poderiam guiar-se não por instâncias deliberativas, mas pelo uso da força, que equiparar nações com degraus para fins ulteriores destitui grupos inteiros de seu estatuto humano e que quando as leis que fundamentam os governos são supraterras e, portanto, alheias à política deliberativa, contingencial e participativa, como a da história e da natureza, o que acontece é o esvaziamento da esfera pública e a perda do senso de responsabilidade que os homens compartilham quando estão inseridos em uma comunidade política. Estas lições antipolíticas foram aprendidas e utilizadas, em sua forma mais radical, pelos regimes totalitários e algumas delas ainda persistem sob a forma de elementos protototalitários muito presentes na sociedade atual.

Identificando os perigosos precedentes da burocracia imperialista, Arendt identificou em Lorde Cromer o paradigma do burocrata imperialista, o modelo a partir do qual é possível analisar a transição entre os interesses coloniais e a forma de governo sem precedentes que, por seu caráter de novidade, não podia simplesmente ser colocada ao lado das formas de governo identificadas desde a Antiguidade e analisadas por Montesquieu (ROCHA, 2020). Foi traçando o perfil de Cromer que Arendt buscou compreender como, desde sua gênese, a burocracia inviabiliza a liberdade, pois, ao engolfar os indivíduos em seus processos infundáveis, interfere decisivamente na vida ativa e nas atividades espirituais. Partindo do mesmo horizonte de reflexão, buscar-se-á analisar o surgimento da burocracia enquanto aparelho de organização e administração estatal a partir do governo de Lorde Cromer no Egito. É o que será feito a seguir.

---

<sup>4</sup> “A burocracia significa o governo pelo escritório e não o governo pelos homens ou o governo pela lei” (ARENDR, 2010, p. 142).

## O retrato do governante: quem foi Lorde Cromer?

Lorde Cromer, o paradigma do governante burocrata imperial, personifica a transição entre os interesses coloniais e a voracidade imperialista. Nascido em 1841, na Inglaterra, faleceu no mesmo país, no ano de 1917. Era filho de uma família de banqueiros – o banco da família, o Barings Bank<sup>5</sup>, existiu até o ano de 1995, quando faliu envolto a escândalos de corrupção e denúncias de crimes contra o sistema financeiro – que haviam migrado da Alemanha um século antes. Sua família, mesmo sem pretensões iniciais de dispor de ingerência na política, acabou identificando rapidamente que poderia ser lucrativo se envolver com assuntos públicos: nas guerras napoleônicas, por exemplo, o banco lucrou voluptuosas somas financeiras com empréstimos públicos. A partir daí, comumente firmavam relações estratégicas que lhes rendiam influência no Parlamento inglês e na aristocracia, o que facilitou a obtenção de títulos de nobreza, inaugurando um período ironicamente conhecido como “capitalismo cavalheiresco” (OWEN, 2004, p. 4).

O pai de Lorde Cromer, Henry Baring, representava tanto o paradigma do cavalheiro inglês como o espírito aventureiro e quixotesco comum no período: sua compulsão por jogo e a facilidade com a qual apostava grandes somas fez com que ele jamais tenha ocupado cargo no banco da família. Foi mandado por seus familiares à China para tentar desvencilhar-se de tal vício, mas a estadia em solo estrangeiro fez com que considerasse ainda mais importante as incursões inglesas rumo a outros países. Voltando à pátria, casou-se com uma jovem inglesa que, assim como ele, nutria interesse pelas nações selvagens, por viagens, de modo geral, e pelo bom relacionamento com membros proeminentes da sociedade inglesa, como políticos, jornalistas, empresários e membros da aristocracia (ZETLAND, 1932).

Evelyn Baring, seu nome de batismo, formou-se na Real Academia Militar aos 17 anos e serviu no exército inglês em missão na ilha grega de Corfu, assim como em Malta e na Jamaica. Desde cedo interessou-se por assuntos políticos, em especial notícias sobre conflitos e manobras políticas diversas, como o seu interesse pela Guerra da Criméia, o que o motivou

---

<sup>5</sup> Conhecido como Banco da Rainha, o Barings Public Limited Company, ou Barings Bank, foi um dos responsáveis pela recuperação econômica da França e da Inglaterra após a Segunda Guerra. Sua história fez também com que “quando os representantes britânicos, franceses, austríacos, prussianos e russos se reuniram no Congresso de Viena, em 1815, para a elaboração do tratado de paz para a Europa, que permaneceu em vigor até a I Guerra Mundial, todos eles concordaram que a ajuda do Banco Barings seria fundamental para que esse tratado de paz tivesse efeito duradouro” (OLIVEIRA; GARCIA; MARQUES, 2013, p. 3). No entanto, não resistiu após perder um bilhão de libras esterlinas devido à especulação financeira e investimentos fracassados em 1995. Sobre a história da instituição financeira e sua influência política e social, cf. Kornert (2003) e Leeson (1997).

a ler sobre o confronto ainda aos 12 anos. Sua criação valorizou a autossuficiência e a obediência, em detrimento de uma menor importância da família. Ele não foi um estudante brilhante<sup>6</sup>, o que justifica porque o seu serviço na bateria de guarnição de Corfu não foi conseguido por mérito próprio, mas através de arranjos com um vizinho da família.

Mesmo tendo conseguido um bom cargo no Escritório de Guerra Inglês alguns anos depois, não gostava do serviço militar exercido no *front*. Ainda em sua incursão em Corfu, uma experiência marcou sua concepção sobre a dominação de povos estrangeiros: apesar do alto comissariado ter recebido do governo inglês a recomendação de fornecer uma constituição às ilhas, os administradores ingleses lá instalados identificaram que a população local era “inadequada para um regime parlamentar” (OWEN, 2004, p. 22). Apesar desta ainda não ser uma administração burocrática no sentido estrito do termo, a experiência de alheamento dos locais com relação ao que era decidido nas reuniões lançou luz sobre uma nova forma de dominação que marcaria a carreira do, então, jovem Cromer.

Entretanto, em busca de “novos ares e novas funções” (CROMER, 1913, p. 58), ele aceitou o convite de seu primo, Lorde Northbrook, vice-rei da Índia, para exercer cargo administrativo no país (Cf. OWEN, 2004). Foi em sua estadia na colônia indiana que amadureceu seu prazer (ou talento inato, como ele modestamente considerou) pela administração, numa mistura de dedicação desinteressada aos povos subjugados e de fidelidade inquebrantável à Grã-Bretanha e, conseqüentemente, à missão inata que todo inglês trazia consigo: o encargo originado com a proteção dos povos atrasados (Cf. CROMER, 1913). Assumindo tal missão que, em um contexto formado por matadores-de-dragão e “quixotescos bobos do imperialismo” (ARENDETT, 2005, p. 240), comumente se considerava que somente seria confiada a grandes homens, despertou a antipatia de seus iguais, por causa dos seus rompantes de rudeza, e a simpatia de seus superiores, devido a eficiência com que conduzia questões administrativas e econômicas (Cf. OWEN, 2004).

Foi no contato com a forma britânica de dominação na Índia que Cromer amadureceu a experiência de alheamento político e dominação vivida em Corfu, tirando uma lição que levaria posteriormente para o Egito: os ingleses eram política, moral e economicamente superiores a estes povos devido a uma confluência de fatores, que iam desde a moral cristã e a

---

<sup>6</sup> O currículo da Real Academia Militar não incluía a leitura de textos clássicos, nem o ensino de história e geografia. Apenas o latim era obrigatório. A constatação sobre sua formação acadêmica insipiente ocorreu com o seu contato com oficiais superiores quando ele já trabalhava em Corfu, ocasião na qual “Baring começou a se dar conta de sua falta de aprendizado e decidiu fazer algo a respeito” (OWEN, 2004, p. 25). O próprio Cromer apontou que tentou contornar esta falta de conhecimento com o aprendizado de idiomas como alemão, inglês e italiano, além de piano e da leitura de clássicos, inclusive gregos, campo no qual se tornou autodidata (CROMER, 1916).

forma ocidental de pensamento, até predicativos especificamente ingleses, como o cavalheirismo, a valentia e a elegância. Ademais, julgavam-se superiores também por sua capacidade de adaptar-se às condições naturais do país, tornando-as não um empecilho para futuras conquistas, mas um meio através do qual era possível a tutela dos povos subjugados, o que foi revestido por uma capa de cuidado e proteção – não à toa referiam-se aos países conquistados não como colônias, como na Idade Moderna, mas como protetorados. Para a pergunta advinda desta afirmação, que questiona do que estes povos estariam sendo protegidos, a resposta de Cromer é enfática: de si mesmos, de sua falta de condições para se autogovernar e dos perigos ínsitos a tal ausência de predicativos políticos (Cf. CROMER, 1913).

Para compreender a mentalidade dos burocratas britânicos do período, Arendt menciona duas lendas que exemplificam a sua suposta superioridade, conferida a eles por eles mesmos, que os tornara aptos para este pretensão cuidado com o mundo: a primeira, escrita por Rudyard Kipling, pretendia narrar a origem do povo britânico que, vivendo em uma ilha, necessitava do auxílio dos elementos naturais que lhes eram disponíveis (água, vento e sol) para sobreviver. A conjunção destas condições foi possível com a criação do navio que, congregando tais elementos em torno de uma mesma invenção, tornou os ingleses senhores e protetores do mundo, o que era agravado pela ignorância e imaturidade imputada aos outros povos. Para Mantena,

a justificativa do governo indireto, como a noção de Rudyard Kipling do ‘fardo do homem branco’, exemplifica a capacidade do imperialismo britânico de fazer uma política baseada essencialmente em um alheamento perigoso - e, de fato, divisão absoluta entre governante e governado - parece ser um gesto de compromisso cultural e uma marca da integridade e tolerância britânicas. No entanto, o que era particularmente perverso sobre a justificativa da burocracia era como ela facilmente envolvia uma linguagem exagerada de dever moral [...], equiparando a responsabilidade política a uma ética (infantilizada) de justiça. Foram os britânicos que velaram o desprezo por aqueles sobre os quais governavam com a linguagem paternalista de proteger as raças ‘menores’” (MANTENA, 2010, p. 98).

Kim, o protagonista do romance de Rudyard Kipling que Arendt cita a fim de traçar um perfil do inglês no período ao lado de Cromer, era um apaixonado pela política exercida como um grande jogo de domínio e exploração. Absolutamente destituído de propósitos, identificava-se não com a sua identidade ou com o pertencimento a uma comunidade na qual sua singularidade seria identificada por seus iguais, tal como o *daimon* grego, mas com o próprio movimento de expansão do qual fazia parte. Seu orgulho era fazer parte de uma

dinâmica que não podia ser definida e nem possuía objetivos compreensíveis o que, para ele, deixava entrever os mistérios insondáveis da existência humana. Para Mrovlje (2014, p. 82), “em sua falta de propósito, Kim aponta para o novo desenvolvimento introduzido pelo imperialismo, por meio do qual o poder político se tornou desvinculado dos motivos utilitários que o haviam originalmente movido e se libertou das restrições políticas e constitucionais específicas do corpo político”.

A menção feita por Arendt do personagem do romance quixotesco de Kipling baseia-se justamente na constatação de que a figura literária do primeiro marinheiro britânico se relaciona com a figura real do administrador inglês. Ambas sinalizam para a mentalidade imperialista que viu no governo sem precedentes inaugurado pela burocracia a possibilidade de se sentir inseridos em um movimento maior do que eles mesmos, porquanto já não havia lugar que pudessem ocupar, pois eram igualmente supérfluos<sup>7</sup>. Em um contexto de desarraigamento e dissolução da política, fazer parte destes movimentos pareceu-lhes a solução ideal para que conseguissem um lugar em um mundo em que tudo é passageiro e, por conseguinte, destituído de significado. “Ligar-se a esse fluxo é atrelar-se à ‘boa sorte’, na corrente da fatalidade natural ou histórica” (AGUIAR, 2012, p. 148). Segundo Mrovlje (2014, p. 82-83),

Ao voltar-se para o romance de Kipling, Arendt evoca o perfil de indivíduos atomizados, solitários e social e economicamente supérfluos, que, após terem perdido os últimos fios que os ligavam ao mundo e a outras pessoas, estão prontos a qualquer momento para escapar da ameaça da realidade e abdicar de sua capacidade de julgamento independente diante de alguma ou outra força aparentemente inexorável de um movimento.

A outra perspectiva corrente no imperialismo, e que certamente auxiliava a justificá-lo, estava contida em outra tradição, menos óbvia, mas não menos difundida, que caracterizava o povo inglês como matadores-de-dragões que partem rumo a povos exóticos e carentes de proteção para generosamente ajudá-los a superar seus infortúnios. Estes aventureiros rotineiramente sentiam-se mais à vontade nos países nos quais exerciam tão nobre função do que em suas próprias nações, seja porque nelas não se sentiam pertencentes a nenhum grupo realmente especial, seja porque sua nobilíssima missão era exercida no âmago do “senso de sacrifício” contido no auxílio, e no governo, obviamente, dos povos atrasados.

---

<sup>7</sup> Sobre a superfluidade, dispensabilidade e desimportância do homem de massa como predicativo concernente a um contexto de *selflessness*, recomendamos a leitura de Aguiar (2012).

Lorde Cromer era um membro legítimo da classe dos matadores de dragões ingleses (Cf. ARENDT, 2011).

Da participação na administração britânica na Índia, Cromer identificou que “instituições livres no sentido pleno do termo são totalmente inadequadas para países como a Índia e o Egito” (CROMER, 1913, p. 25). Isto fazia com que ele acreditasse que adaptar o modo ocidental de fazer política (por exemplo, fundar uma constituição e adotar as instituições políticas inglesas) às demandas orientais somente conduziria a uma deturpação de toda reflexão política europeia, o que degeneraria, com facilidade, em uma forma desnecessariamente violenta de governo, tal como ocorria nas colônias francesas.

Por outro lado, pela própria incapacidade dos povos subjugados de participar de decisões tão complexas quanto as que compõem a cena pública, Lorde Cromer acreditava não ser possível estabelecer uma forma de dominação que tivesse em vista educar os povos para um futuro autogoverno. Mas então, como ele julgava que o aparelho do Estado deveria ser organizado nos protetorados ingleses? Dito de outro modo, como deveria funcionar o aparelho burocrático inglês para não cair nem em um filantropismo, nem tampouco em uma burocracia puramente comercial, trazendo em si o perigo sempre constante de entrar em conflito com os ideais imperialistas que justificavam suas atividades a partir da “consciência de pertencer a uma civilização superior” (ARENDT, 2011, p. 243)?

Cromer, após o serviço na Índia e de ter ido duas vezes entre as décadas de 1870 e 1880 para o Egito, para acompanhar, como membro da Comissão da Dívida Pública, a transação que passou a parte egípcia do Canal de Suez para os ingleses, foi nomeado o cônsul-geral britânico no país em 1883, posto que ocupou até 1907. Ele compreendia que seu cargo fazia parte de uma dinâmica muito maior: a proteção da possessão britânica na Índia, o que tornava o governo do Egito um meio estrategicamente situado, e não um fim em si mesmo (Cf. OWEN, 2004).

### **O papel dos burocratas e o alheamento da política**

Para governar num contexto de “contato forçado com pessoas que viviam em um plano inferior” (ARENDT, 2011, p. 243), ou, como ele caracterizou, “pessoas de mente desleixada” (CROMER, 1913, p. 284), instituições livres, no sentido de possibilidade de participação política, não eram recomendáveis; ao contrário, para proteger o governo da interferência de um povo sem tradição de pensamento político, Cromer contribuiu para o estabelecimento de uma forma de governo alheada e indiferente com relação aos súditos,

numa abissal dicotomia entre governantes e governados. A integridade britânica, que tinha em vista exercer uma dominação menos violenta do que a francesa, acabou fomentando “uma absoluta separação de interesses, a ponto de nem poder entrar em conflito” (ARENDDT, 2011, p. 243).

Como se vivessem em mundos completamente distintos, destituídos de vínculo ou de quaisquer interesses comuns que abrissem a brecha para a ação política, a burocracia imperial baseava-se na contraposição entre a elite burocrática, “cuja única função era governar, nem de acordo nem a partir de qualquer identificação política com os povos subjugados” (MANTENA, 2010, p. 98), e os próprios povos dominados, “que nunca sabem o que os governa” (ARENDDT, 2011, p. 276) e que, por isso, “vivem sob domínio perpétuo do acaso” (ARENDDT, 2011, p. 278). Os burocratas ingleses não acreditavam em sua superioridade individual, motivada por ambições, vaidade por seu mérito próprio, ou mesmo pelo impulso humano de distinguir-se, tendo, assim, seu nome associado à realização de façanhas, mas consideravam que pertenciam a uma civilização superior, e isto bastaria para assegurar e justificar o direito de governar povos estrangeiros.

Sobre o alheamento característico da burocracia inglesa sob a égide de Lorde Cromer, Mantena (2010) aponta que a base do governo imperial não se fundava na adaptação das leis e instituições inglesas no Egito; ao contrário, a recusa em fazê-lo baseava-se na “estrita demarcação entre governantes e governados” (MANTENA, 2010, p. 97-98) que, na ausência de instituições de equilíbrio de poder, funcionava somente a partir do senso de dever do burocrata. Por conta disso, o rompimento permanente entre os interesses dos governantes e dos governados teria que ser sustentado a partir de “um governo permanente de medidas administrativas sucessivas” (MANTENA, 2010, p. 98).

Para que a máquina burocrática funcione, os burocratas, “instrumentos de incomparável valor na execução da política imperialista”, são peças fundamentais. Filhos da Grã-Bretanha, “que deu origem a uma classe de funcionários que têm o desejo e a capacidade de governar, que constituem o que Bacon chamou os *participes curarum*, ou seja, ‘aqueles sobre os quais os príncipes descarregam o maior peso de seus negócios’” (CROMER, 1913, p. 31), formam um corpo de especialistas sem os quais uma dominação alheada não seria possível. Cromer montou o aparelho burocrático egípcio de modo similar ao que observou em sua estadia na Índia, sob a justificativa de que “nenhum homem pode dirigir e controlar adequadamente os vários interesses de um Império tão vasto, a menos que fosse auxiliado por homens com conhecimento diferentes, e possuindo um conhecimento íntimo com os

diferentes e complicados assuntos envolvidos no governo e no bem-estar das raças sujeitadas” (CROMER, 1913, p. 32).

A administração de Lorde Cromer no Egito centrou-se no controle ferrenho dos gastos públicos – de acordo com o administrador imperial, “os que são responsáveis pela administração de nossas dependências remotas agirão com sabedoria se se absterem de pedir prontamente ajuda pecuniária do Império para resolver as dificuldades locais” (CROMER, 1913, p. 24) e na realização de diversas reformas, principalmente no que tange às obras de irrigação, com a ajuda de um corpo de funcionários ingleses que, em sua maioria, já possuíam experiência com administração pública, pois haviam trabalhado na Índia (CROMER, 1916).

Para exercer estas funções, os burocratas precisam ser especialistas eficientes e treinados, sem traços de vaidade pessoal ou preferências políticas, além de estarem completamente dispostos a exercer suas funções longe da luminosidade pública. Aliás, o desprezo pela publicidade era defendido por Cromer, para quem as funções burocráticas deveriam estar a salvo de controles, e que, para tanto, os funcionários do aparelho deveriam “permanecer mais ou menos ocultos e daí puxar os cordões [da política imperialista]” (ARENDRT, 2011, p. 192). Esse governo sigiloso é exemplificado a partir das funções exercidas pelo próprio Cromer: publicamente reconhecido como Cônsul-geral britânico, na verdade ele exercia as prerrogativas de chefe de Estado, demonstrando um contexto de imprecisão e obscuridade de atribuições que somente era possível pelo completo alheamento e desconhecimento do povo egípcio sobre a *realpolitik* exercida no país. Sem serem considerados capazes de se autogerir, eram governados pela Grã-Bretanha; como cidadãos egípcios, tampouco dispunham de cidadania inglesa. Não eram cidadãos *latu sensu*, o que os deixava a mercê de quaisquer dominação, cada vez mais distantes de participação política efetiva.

Por outro lado, ao sentir-se participante de um movimento muito maior do que ele mesmo, o burocrata se despe de tudo que, frente a tão nobre função, torna-se acessório, como família, amigos, grupos diversos ou quaisquer atividades corriqueiras e desprezíveis; antes, se volta para aquilo que é verdadeiramente grandioso. A consequência direta e nefasta desta identificação absoluta do burocrata com o exercício de suas atribuições é conceber a si mesmo como uma função, reduzindo-se a um mecanismo integrante deste todo maior e irresistível, diante do qual idiosincrasias que tornam um homem o que ele é convertem-se em frivolidades que devem ser deixadas de lado em prol “de manter o processo em andamento,

concebendo a si próprio como mera função, vindo nessa função, nessa encarnação da tendência dinâmica, sua mais alta realização” (ARENDDT, 2011, p. 246).

Para fazer funcionar o aparelho, a obediência (às leis da expansão e as demandas dela decorrentes) se torna o valor supremo: não é necessário refletir sobre leis incontestes e supostas verdades autoevidentes, nem questionar dinâmicas sobre-humanas que não carecem de justificativa, mas de aquiescência. Sobre a repercussão da burocracia nas atividades espirituais, Arendt denunciou, em *Sobre a violência*, que “nada pode ser mais assustador do que o crescimento do prestígio dos assessores de mentalidade científica nos conselhos dos governos [...]. O problema não é que eles tenham sangue frio para ‘pensar o impensável’, mas sim que eles *não-pensem*” (ARENDDT, 2011b, p. 21).

A burocracia imperial, assim como as organizações burocráticas posteriores, é o governo exercido por peritos, o domínio de uma minoria experiente, que deve resistir à pressão constante exercida pela maioria inexperiente, pressão esta que, sob a ótica do imperialismo, seria fruto de sua própria ignorância. Este governo de peritos, exercido por uma minoria em detrimento da não-participação da maioria, só pode permanecer às custas do distanciamento e da não-participação da maioria dos homens com relação aos assuntos públicos. Desse modo, a burocracia, desde sua vertente imperialista, é antagônica às aspirações democráticas. De acordo com a mentalidade tipicamente burocrata, como “todo povo é basicamente formado por uma maioria inexperiente, não se lhe pode confiar um assunto tão altamente especializado como política e negócios públicos” (ARENDDT, 2011, p. 245). Justifica-se, assim, o ciclo perigoso formado pelo alheamento dos assuntos públicos-ausência de participação-subjugação e dominação de povos considerados inferiores.

As consequências do afastamento da maioria inexperiente dos assuntos públicos são catastróficas. Se o governo de peritos é sempre restrito a uma minoria experiente, a maioria dos indivíduos permanecerá afastada das deliberações políticas. Como, para agir, é necessário o conjunto dos homens, possibilitando que as suas singularidades se afirmem perante a pluralidade, a forma de governo da minoria destitui a maioria da possibilidade de agir significativamente e de desvelar seu *quem*, num processo em que a maioria, considerada incapacitada para deliberar e decidir politicamente, pode ser considerada *minor*, em uma nebulosidade política que faz da maioria *minoría* (no sentido de uma maioria menor, incapaz). Com o consequente esvaziamento da esfera pública, restrita apenas aos gabinetes e escritórios, este regime só pode ser antipolítico e antihumano, em sua essência.

Para manter esse afastamento da maioria inexperiente, Lorde Cromer defendia que, apesar do governo “apenas através da espada” (CROMER, 1913, p. 50) não ser a melhor forma de controlar povos subjugados, certamente seria uma possibilidade sempre presente em uma forma de domínio que não é anexação, nem mera ocupação militar, chegando a afirmar que:

um mecanismo altamente delicado, cujo funcionamento eficaz depende muito do julgamento e da habilidade de alguns indivíduos, pode ser justificado somente se pudermos ter sempre em vista a possibilidade de evacuação. Se essa possibilidade se tornar tão remota a ponto de ser quase inexistente, ser-nos-à preferível acertar com as outras potências que assumiremos o governo do país, garantindo sua dívida (CROMER, 1913, p. 117).

O que Cromer percebeu é que a frustração pela incapacidade de agir pode irromper sob formas violentas de resistência, ameaça para a qual deveriam estar preparados. Não à toa sua renúncia do cargo, em 1907, foi precedida por uma virulenta revolta gerada pela rígida condenação aplicada a um grupo de camponeses egípcios, acusados de matar um oficial britânico em serviço na vila Dinshwai. A opinião pública sobre o caso fez com que a Câmara dos Comuns britânica sugerisse a adoção de formas de controle mais complacentes e humanitárias no Egito, o que fez com que Cromer, identificando que o controle sobre o egípcios, cada vez mais insatisfeitos com a burocracia inglesa, seria mais difícil, renunciasse ao cargo (CROMER, 1916).

Frustrados pela impossibilidade de agir, não raros eram os casos em que os colonos formavam movimentos de independência, que defendiam o autogoverno e a retomada da autonomia nacional. Para frear estes movimentos de resistência, Cromer não apenas nunca cumpriu a promessa feita aos egípcios de evacuar as tropas inglesas no país, como, sempre que necessário, utilizava a força militar para conter possíveis insurreições (Cf. OWEN, 2004). Assim, o governo através da espada, acionado sempre que necessário na burocracia imperialista, passou a fazer parte da tipificação da dominação exercida pela política imperialista, traduzida na associação entre governo e violência. As pressões exercidas pela maioria inexperiente em assuntos públicos frequentemente eram contidas através da força, demonstrando que uma burocracia plenamente desenvolvida tenderia a ser controlada a partir da formação de um estado policial.

Essa forma de dominação sem precedente não era exercida por meio da lei, mas pelo governo executado através de decretos provisórios e mutáveis que visavam responder a

situações particulares. Como os decretos são naturalmente cercados de um caráter intrínseco de anonimato, é possível compreender por que a burocracia utiliza-os, em detrimento da aplicação da lei: enquanto as últimas demandam deliberação, debate público, a existência de interesses comuns, sem os quais ela perde legitimidade, o decreto, para ser validado, necessita apenas do aval do governante e de seu corpo de funcionários especialistas. Porquanto a justificativa da lei reside na capacidade dos homens de agir em consenso em vista da permanência do corpo político, o decreto não tem outra pretensão senão a sua própria aplicabilidade, sua utilidade em circunstâncias “que mudam constantemente e só um perito pode conhecer em detalhe” (ARENDDT, 2011, p. 276). A fim de lidar com circunstâncias diversas e dinâmicas, a burocracia se torna a forma de governo na qual as leis cedem lugar aos procedimentos e processos infindavelmente cambiantes.

Como o império não produziu na colônia um corpo político enquanto estrutura composta por códigos jurídicos, divisões de poderes e um sistema eleitoral, mas apenas um corpo-burocrático, mantido através da confluência da administração com a violência e da expansão com a força, não caberia nesse sistema a implementação de um *corpus* legal. Enquanto as leis podem ser mais facilmente atribuídas a homens e a assembleias, a profusão de decretos característica da dominação burocrática é destituída de um *quem*: esta ausência de *persona* torna inviável ao homem comum saber de onde emanam as ordens, que sempre acabam sendo prerrogativas de setores, de ministérios, de comissões de especialistas, mas nunca de um homem, ou de alguns homens específicos e conhecidos pelo público. Os decretos são destituídos de *face*.

Este caráter de anonimato que subjaz os decretos traz duas consequências fundamentais. Em primeiro lugar, a sua ausência de *persona* coaduna-se com um regime submetido a um movimento constante, no caso, a lei da expansão, “que não era motivada pelo apetite específico por um país específico, mas sim concebida como processo infindável no qual cada país serviria de degrau para expansões futuras” (ARENDDT, 2011, p. 245) que iria *ad infinitum*, restringida apenas pelos limites do planeta. Assim, os decretos, diferente das leis, podem ser justificados pela exequibilidade de um poder supremo, maior do que o aparelho e os seus funcionários e que, por isso mesmo, não carece de justificação.

Por outro lado, a criação e a aplicação de uma determinada lei necessita do cumprimento de certos passos, como a submissão a uma assembleia, votação, deliberação, etapas que, além de demandar uma participação política inviabilizada pela burocracia, são vistas como “sutilezas legais pouco práticas” (ARENDDT, 2011, p. 276) que certamente

limitariam a liberdade dos burocratas e sua própria eficiência em uma forma de governo que está permanentemente sujeita a mudanças, e que, por isso, não pode ser cerceada por nenhum tipo de marco de confiabilidade. Participando deste movimento constante, todos desconhecem quais serão os próximos passos, ou decretos, inclusive os próprios funcionários. Com efeito, Lorde Cromer evitou todo tipo de código jurídico e instrumentos escritos em sua relação com o Egito, para que não precisasse se limitar ou se submeter à lei, mas apenas seguir o irresistível imperativo da expansão. “O burocrata evita toda lei geral e trata cada caso separadamente, por meio de decreto, porque a estabilidade da lei gera a ameaça de formar uma comunidade na qual ninguém pode vir a ser um deus, porque todos têm que obedecê-la” (ARENDRT, 2011, p. 246).

De acordo com Canovan (1992), a compreensão arendtiana da burocracia imperialista pode ser identificada a partir da pintura que a autora faz sobre o governo de Cromer no Egito. A importância dada ao governante nas páginas em que o retrato de sua administração é filosoficamente traçado em *Origens do totalitarismo* pode ser justificada por alguns percursos reflexivos: inicialmente, para Cromer e seu séquito de especialistas, o Egito não passava de um meio, um trampolim para um fim maior, que era a Índia, o que justificava sua indiferença com relação ao povo egípcio e a resistência em adotar no país as instituições políticas inglesas. A utilização de povos inteiros como meios para alcançar objetivos maiores, em um processo infundável de expansão que alcançou seu clímax durante o totalitarismo, teve seu laboratório inicial no tabuleiro jogado por Cromer e seus contemporâneos.

Outro elemento identificado por Arendt na burocracia de Cromer no Egito foi o sigilo que recobriu todas as decisões governamentais. Parte disso deve-se ao fato de que, ao não ter cargo formal reconhecido no Egito, sua administração sigilosa era exercida por trás dos bastidores, abscondita nas repartições, escritórios e ministérios, estes sim, formalmente reconhecidos. Suas decisões pairavam num espectro de anonimato que as tornavam similares a deliberações oriundas de uma realidade distinta, supraterrênea. Estes elementos, mais do que uma antevisão do que foi posto em prática pelos governos totalitários, eram protototalitários.

A primeira herança deixada pela burocracia nos moldes imperiais foi que o domínio de ninguém, ou a forma de governo despersonalizada, no sentido de ausência de *persona*, é potencialmente mais destrutivo e violento do que as tiranias. Essa ausência de uma face de onde emanam as deliberações torna as instituições políticas as porta-vozes de um movimento infundável, envolto numa atmosfera de sigilo que converte o palco dos assuntos públicos no grande jogo dos negócios ulteriores, no qual somente uma minoria conhece o movimento de

cada peça do tabuleiro. O pseudomisticismo que envolve a burocracia instituída como forma de organização governamental tende a considerar irrelevante quaisquer interpretações de suas leis sobre-humanas, fazendo com que sucesso, fracasso e o exame crítico sobre os acontecimentos sejam completamente dispensáveis: a única coisa que importa numa política que vive em movimento desenfreado, e que tende naturalmente à ruína, é o próprio evento, “brutal e nu” (ARENDDT, 2011, p. 277).

À margem do tabuleiro localizam-se a maioria, os homens comuns, que desconhecem as regras deste grande jogo, seja por ausência de direito de nascimento, seja porque com a desenfreada ascendência das questões econômicas nas pautas políticas, os assuntos públicos se tornaram uma disciplina especializada, e o debate político, longe das praças públicas, passou a ser encargos dos *experts*. À esta maioria, alheada da política imperialista, suplantada por uma administração exercida “por trás da cortina”, será potencialmente inviabilizada a capacidade de agir. A administração governamental realizada através de decretos, e de sua atmosfera de anonimato, se adapta mais facilmente a regimes de opressão.

A segunda lição deixada pela burocracia imperial inglesa é que funcionários completamente identificados com sua função a ponto de considerá-la sua mais alta realização *poderão* abdicar da reflexão e do questionamento em prol de adequar-se perfeitamente ao movimento grandioso e irresistível do qual fazem parte. Essa simbiose entre o burocrata e a execução de suas funções, que no governo de Lorde Cromer teve o seu paradigma inicial, desvelou-se como a forma de governo ideal para a execução de massacres administrativos na possessão britânica na Índia algumas décadas depois e, de modo mais cruel, sistemático e antipoliticamente justificado, no totalitarismo. Enquanto os governantes burocratas anteriores à Primeira Guerra Mundial contentavam-se em “controlar seus destinos exteriores, deixando intacta toda a vida espiritual” (ARENDDT, 2011, p. 277), a burocracia totalitária

conhecendo melhor o significado do poder absoluto, interfere com igual brutalidade com o indivíduo e com sua vida interior. Como resultado dessa radical eficiência, extinguiu-se a espontaneidade dos povos sob domínio totalitário juntamente com as atividades sociais e políticas, de sorte que a simples esterilidade política, que existia nas burocracias mais antigas, foi seguida de esterilidade total sob o regime totalitário” (ARENDDT, 2011, p. 277).

O que a política imperialista tentou dissimular foi que um governo que não se assenta nos marcos de confiabilidade exercido pelas leis abre perigosas brechas para criar um Estado cindido entre homens e não-homens; estes últimos, sem serem abrangidos por leis, e sem serem considerados portadores da dignidade inerente aos que são considerados homens no

sentido pleno do termo, são rondados pela sombra de um regime que decreta sua morte jurídica, o primeiro passo para a normalização dos massacres. Quando o Grande Jogo do Mundo deixa de ser jogado sob a luminosidade da esfera pública, espaço no qual os atores políticos podem revelar quem são, restringindo-se à obscuridade dos gabinetes e dos escritórios, aos quais somente uma minoria tem acesso, abre-se espaço para a regulamentação de atrocidades exercidas sob a forma de procedimentos administrativos de rotina.

### **Considerações Finais**

Nos vinte e quatro anos do governo de Cromer no Egito, nem ele e nem seu séquito de burocratas poderiam supor o perigo contido na junção entre burocracia e racismo. No entanto, são múltiplas as relações entre ambos: enquanto a primeira refere-se à utilização de medidas administrativas para governar povos inferiores, a segunda foi a solução encontrada para justificar a presença de seres humanos que, de tão amalgamados com a natureza, pareciam carecer do estatuto humano propriamente dito, sendo considerados seres humanos naturais, inferiores. Frente a ambos, os europeus consideravam-se deuses – sejam os deuses do homem negro, sejam os matadores de dragões –, ambos de raças superiores, num contexto em que os povos ditos inferiores gradativamente deixaram de subjugados e passaram a ser supérfluos.

Nas décadas seguintes, tais métodos de dominação pacífica, especialmente postos em prática pelo imperialismo inglês, foram introduzidos na respeitável política e sociedade europeia. A burocracia tornou-se a estrutura governamental e administrativa do Estado totalitário, numa gestão da vida e da morte que, literalmente, possibilitou a sistematização dos massacres, convertendo assassinatos em larga escala em procedimentos de rotina. Entretanto, a antinomia entre gestão e política, perpassada pela identificação do fazer-política com uma disciplina especializada e, conseqüentemente, encargo de especialistas, não sucumbiu com o fim dos regimes totalitários; ao contrário, é constituinte da sociedade atual. Como Arendt denunciou, “as soluções totalitárias podem muito bem sobreviver à queda dos regimes totalitários sob a forma de forte tentação que surgirá quando pareça impossível aliviar a miséria política, social e econômica de forma valiosa para o homem” (ARENDR, 2011, p. 511).

A redução da política à administração nubla o *sensus communis* essencial para o bom funcionamento das atividades do espírito, diminui a capacidade de agir e dilui a esfera pública. Em um regime que não é formado por homens, mas por procedimentos e escritórios despersonalizados, não se pode esperar a *valorização do humano*; ao contrário “quando a

inumanidade passa a ser o princípio de ação dos indivíduos, a política já se encontra inviabilizada. A burocracia serve exatamente para este fim” (ROCHA, 2020, p. 124).

Lorde Cromer faleceu em 1917, e apesar da notoriedade que lhe fez ganhar o título de nobreza, é cada vez mais esquecido além das fronteiras de Inglaterra e Egito. A dificuldade em conhecer sua verdadeira face coaduna-se com um homem que preferiu estar nos bastidores durante boa parte de sua vida. Certamente a herança deixada por Evelyn Baring teve reverberações políticas desastrosas – não à toa, Hitler admirava o imperialismo britânico a ponto de montar uma equipe de especialistas em colonialismo a fim de adotar nos países do Leste Europeu medidas administrativas similares ao que foi posto em prática nos protetorados ingleses –, mas nem por isso ele deve ser esquecido. Ao contrário, deve ser um paradigma a partir do qual nosso exercício de compreensão necessita lançar suas bases, a fim de exercer nossa capacidade de escolher com que outro *eu* desejamos conviver ou, de modo mais frequente, a que valores, padrões, códigos de conduta, escolheremos aderir, haja visto que “em política, obediência e apoio são a mesma coisa” (ARENDDT, 2017, p. 302).

### Referências Bibliográficas

AGUIAR, Odílio Alves. A recepção biopolítica da obra de Hannah Arendt. *Conjectura*, v. 17, n. 1, p. 139-158, jan./abr. 2012.

ARENDDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. Um relato sobre a banalidade do mal. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Antissemitismo. Imperialismo. Totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ARENDDT, Hannah. *Sobre a violência*. Tradução de André de Macedo Duarte. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

ARENDDT, Hannah. Sobre Hannah Arendt. *Inquietude*. Goiânia, v. 1, n. 2, p. 124-162, ago./dez. 2010.

BERNSTEIN, Richard. *Por qué leer Hannah Arendt hoy?* Barcelona: Gedisa, 2018.

CANOVAN, Margareth. *Hannah Arendt: a reinterpretation of her political thought*. New York: Cambridge University Press, 1992.

CROMER, Earl of. The government of subject races. In: *Political and Literary Essays*. (1908-1913). London: The Macmillan Company, 1913.

CROMER, Earl of. *Modern Egypt*. New York: Macmillan Company, 1916.

D'ENTRÈVES, Maurizio Passerin. *The political philosophy of Hannah Arendt*. London: Routledge, 1994.

KORNERT, J. The Barings crises of 1890 and 1995: causes, courses, consequences and the danger of domino effects. *Journal of International Financial Markets, Institutions & Money*. v. 13, n. 3, p. 187-209, 2003.

LEESON, N.W. *A história do homem que levou o Banco Barings à falência*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MANTENA, Karuna. Genealogies of catastrophe: Arendt on the Logical and Legacy of Imperialism. In: BENHABIB, Seyla. *Politics in dark times*. Encounters with Hannah Arendt. New York: Cambridge University Press, 2010. p. 83-112.

MROVLJE, Masa. Narrating and understanding. In: HAYDEN, Patrick. *Hannah Arendt: key concepts*. New York: Routledge, 2014. p. 66-84.

OLIVEIRA, M.C.; GARCIA, E.A.R.; MARQUES, E.O. O caso Barings: lições aprendidas? *Anais do XXXVII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD)*. Rio de Janeiro, setembro de 2013. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013\\_EnANPAD\\_EPQ1900.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_EPQ1900.pdf). Acesso em: 12.abr.2021.

OWEN, Roger. *Lord Cromer*. Victorian Imperialist, Edwardian Proconsul. Oxford: Oxford University Press, 2004.

ROCHA, LF. A burocracia como o não-lugar da política na perspectiva de Hannah Arendt. In: SILVA, F.G.P.; ARAÚJO, H.F.; SILVA, F.A.D; BANDEIRA, F.D.A. (Orgs.). *Pilares da Filosofia: estudos acerca da ética, política, linguagem, conhecimento e ensino de filosofia*. Porto Alegre: Editora Fi, 2000. p. 119-129.

TASSIN, E. Da dominação total à dominação global: perspectivas arendtianas sobre a mundialização sobre um ponto de vista cosmopolítico. *Argumentos Revista de Filosofia*. Fortaleza, ano 5, n. 9, p. 7-22, jan.jun/ 2013.

ZETLAND, Marquess. *Lord Cromer*. Being the authorized life of Evelyn Baring First Earl of Cromer. London: Hodder and Stoughton, 1932.